

Projeto de Lei nº 22/2025

29 de outubro de 2025.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A
DESPESA DO ORÇAMENTO ANUAL DO
MUNICÍPIO DE SANTA FE DO
ARAGUAIA, PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2026.

A Prefeita Municipal de SANTA FE DO ARAGUAIA - ESTADO DO TOCANTINS, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

## TÍTULO I DO CONTEÚDO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

- Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do Município de Santa Fe do Araguaia, para o exercício financeiro de 2026, nos termos das disposições constitucionais, compreendendo:
- I O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos, entidades e fundos da administração direta e indireta.
- II O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

#### TÍTULO II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### CAPÍTULO I DA ESTIMATIVA DA RECEITA

- Art. 2º. A Receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é no valor de R\$ 66.129.931,44 (Sessenta e seis milhões cento e vinte e nove mil novecentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos).
- Art. 3º. A Receita decorrerá da arrecadação de tributos, contribuições e outras receitas correntes e de capital, previstos na legislação vigente e estimadas com o seguinte desdobramento:



TÍTULOS	TOTAL		
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.182.499,00		
RECEITA PATRIMONIA	392.600,00		
RECEITA SERVIÇOS	1.902.500,00		
TRANSFERÊNCIAS	55.685.130,40		
CORRENTES			
OUTRAS RECEITAS			
CORRENTES	0,00		
SUB-TOTAL	60.162.729,40		
	20		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
OPERAÇÃO DE	0,00		
CRÉDITO			
TRANFERÊNCIAS DE	9.713.260,00		
CAPITAL			
SUB-TOTAL	9.713.260,00		
(R) DEDUÇÕES DA	- 3.746.057,96		
RECEITA			
SUB-TOTAL	- 3.746.057,96		
TOTAL GERAL	66.129.931,44		

Art. 4º. A Receita será realizada com base na arrecadação direta das transferências constitucionais, das transferências voluntárias e de outras rendas na forma da legislação em vigor, de acordo com os códigos, denominações e detalhamentos da Receita Pública, instituídos pelas Portarias do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que aprova o Manual de Procedimentos da Receita Pública.



# CAPÍTULO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

- Art. 5°. A Despesa total fixada é no valor de R\$ 66.129.931,44 (Sessenta e seis milhões cento e vinte e nove mil novecentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos).
- I Orçamento fiscal e da Seguridade Social em R\$ 66.129.931,44 (Sessenta e seis milhões cento e vinte e nove mil novecentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos).
- Art. 6º. A Despesa fixada à conta dos recursos previstos neste capítulo, observado a programação anexa a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

# I - Por Órgãos:

DISCRIMINAÇÃO	FISCAL	TOTAL
FUNDEB	13.612.000,00	13.612.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	5.579.500,00	5.579.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00
SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMERCIO	80.000,00	80.000,00
SECRETARIA CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO	1.608.100,00	1.608.100,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	6.535.699,52	6.535.699,52
SECRETARIA DA FAZENDA	561.200,00	561.200,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E PESCA	982.000,00	982.000,00
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	14.622.224,06	14.622.224,06
SECRETARIA DE JUVENTUDE E CULTURA	593.000,00	593.000,00
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	207.000,00	207.000,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	387.500,00	387.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
CÂMARA MUNICIPAL	1.818.000,00	1.818.000,00
SECRETARIA DO TURISMO	91.350,00	91.350,00
SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	1.552.000,00	1.552.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.451.171,28	15.451.171,28
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE - FIA	47.000,00	47.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.381.186,58	2.381.186,58
SECRETARIA DOS POVOS ORIGINARIOS E TRADICIONAIS	120.000,00	120.000,00
TOTAL GERAL	66.129.931,44	66.129.931,44

### CAPÍTULO III DAS AUTORIZAÇÕES

## Art. 7º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a:

- I Abrir créditos suplementares nos limites e com os recursos abaixo indicados:
- a) decorrentes de superávit financeiro até o limite de 100 % (cem por cento) do mesmo, de acordo com o estabelecido no art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º da Lei 4.320/64;
- b) decorrentes do excesso de arrecadação até o limite de 100 % (cem por cento) do mesmo, conforme estabelecido no art. 43, § 1º, Inciso II e §§ 3º e 4º da Lei 4.320/64;



- c) decorrentes de anulação parcial ou total de dotações na forma definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026, até o limite de 70% (setenta por cento) das mesmas, conforme o estabelecido no art. 43, § 1º, Inciso III da Lei 4.320/64, e com base no Art. 167, Inciso VI da Constituição Federal.
- d) permitindo inclusive a criação de elementos e sub elementos necessários à execução da despesa deste que atenda a categoria econômica a ser reduzida.
- II Efetuar operações de créditos por antecipação da receita, nos limites fixados pelo Senado Federal e na forma do disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 8°. Fica autorizada a Fazenda Pública Municipal a conciliar, transigir, deixar de recorrer, desistir de recursos interpostos, concordar com desistência de pedido e celebrar acordos em processos administrativo ou judiciais quando o Município de Santa Fé do Araguaia figurar como interessado ou parte, nos termos do artigo 487, inciso III, letra "b" do Código de Processo Civil e do artigo 840 do Código Civil.

Art. 9°. Esta Lei entrará em vigor no dia 1° de janeiro de 2026.

Santa Fé do Araguaia-TO, 29 de outubro de 2025.

VICENÇA VIEIRA DANTAS LINO DA SILVA Prefeita Municipal